

O GÊNERO DA VIOLÊNCIA

CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS EM CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Rochele Fellini Fachinetto
Rosimeri Aquino da Silva
Fernando Seffner
(Organizadores)

Copyright © Dos Autores, 2022.
1º edição - 2022

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles
NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles
EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles
CAPA: Luciana Hoppe
TIRAGEM: 300 exemplares impressos.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

G326 O gênero da violência: contribuições analíticas em contextos contemporâneos /
Rochele Fellini Fachineto, Rosimeri Aquino da Silva, Fernando Seffner,
organizadores; Prefácio Cecília MacDowell Santos. – 1.ed. – Porto Alegre:
CirKula, 2022.
222 p.: il.

ISBN: 978-65-89312-57-4

1. Violência de gênero. 2. Violência – Pessoas LGBTQIA+. 3. Criminalização
– LGBTfobia. 4. Gênero – Sexualidades – Espaço prisional. 5. Criminalização –
Femicídio. 6. Violência – Mulheres negras. 7. Violência estrutural – Escola. 8.
Violências – Gênero – Sexualidades. I. Fachineto, Rochele Fellini. II. Silva,
Rosimeri Aquino da. III. Seffner, Fernando. IV. Santos, Cecília MacDowell.

CDU: 305

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190
e-mail: editora@circula.com.br
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ através da Chamada CNPq/
MCTI N.º 01/2016 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.
Processo n.º 421680/2016-4.

**Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme
exige as regras do Qualis Livros da CAPES.**

O GÊNERO DA VIOLÊNCIA

CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS EM

CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS

Rochele Fellini Fachinetto
Rosimeri Aquino da Silva
Fernando Seffner
(Organizadores)



cirkula

2022

APRESENTAÇÃO

Rosimeri Aquino da Silva
Rochele Fellini Fachinetto
Fernando Seffner

Este livro é resultado de alguns anos de trocas, diálogos, parcerias entre pesquisadores do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GP-VC-UFRGS) e do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE-UFRGS). Ele materializa os resultados de um recente projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq¹, que buscou articular as temáticas de gênero, sexualidades e violências que tinha como objeto a análise de formas de violência contra a população LGBTQIA+ e as mulheres. A obra apresenta reflexões, estudos e trabalhos de pesquisadorxs que são referências importantes sobre estes temas e também alguns que foram importantes interlocutores neste percurso.

Os artigos que compõem este livro perseguem, nas trilhas das violências e das conflitualidades, as marcas de gênero, e, em outro sentido, buscam em contextos generificados as marcas do estigma, do preconceito e da discriminação que redundam em situações de violência e conflitualidade. Os textos apresentam uma diversidade cenários analisados, que contemplam as prisões e outras instituições do sistema de justiça criminal, escolas, a produção legislativa e as disputas e debates no cenário jurídico em torno da criminalização da homotransfobia que possibilitam aprofundar como os marcadores gênero, sexualidades e raça perpassam as instituições e mobilizam dispositivos de controle, moralidades, regulações que expressam e reproduzem desigualdades, que definem posições, interditos e hierarquias sociais na relação com outros grupos. Os resultados e reflexões apresentados são resultados de pesquisas empíricas que também apresentam uma diversidade de estratégias metodológicas, como análise de documentos, legislações, proces-

1 Chamada CNPq/MCTI N.º 01/2016. Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Processo número 421680/2016-4.

sos judiciais, notícias e reportagens, dados e relatórios sobre violências, etnografias em sala de aula e também as entrevistas narrativas e história oral, que foram fundamentais não apenas para compreender como as instituições sociais têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização (SCOTT, 1995), mas sobretudo para possibilitar que esses sujeitos sociais possam expor suas percepções, possam expressar seus sentidos e os significados que atribuem às suas vivências.

A violência generificada aparece como uma categoria central que atravessa os trabalhos, instigando à reflexão sobre as diferentes formas pelas quais ela se manifesta – desde as mais extremas, como a violência letal contra LGBTQIA+ e mulheres, como também as violências simbólicas presentes, por exemplo, na realidade da sala de aula, nas práticas pedagógicas que não reconhecem a existência dos corpos dissidentes das normas de gênero e sexualidades. Os capítulos desta obra ensejam uma discussão sobre como os marcadores de gênero e sexualidades são centrais para compreender os fenômenos da violência produzidos contra alguns grupos, como LGBTQIA+ e mulheres, nos quais estão presentes o desprezo e a inferiorização do feminino, o controle e a subjugação dos corpos feminizados, o ódio e o aniquilamento dos corpos que não expressam uma existência heterocisnormativa.

No primeiro capítulo *Formas de violências contra a população LGBT e criminalização da LGBTfobia*, Tamires de Oliveira Garcia apresenta um conjunto de dados e pesquisas que tem como tema, sobretudo, as violências letais cometidas contra a população LGBTQIA+, problematizando o cenário extremamente violento a essa população com a ausência de políticas públicas voltadas a esse grupo, bem como, apontando algumas disputas legais em torno da criminalização da LGBTfobia. A autora aborda as estruturas sociais que produzem e legitimam as violências contra os corpos e sexualidades dissidentes da norma heterocisnormativa, identificando, a partir de relatos de ativistas de movimentos LGBTQIA+ diferentes formas de violências que atravessam suas trajetórias e que tomam lugar tanto no contexto público quanto no privado. Nesse sentido, o próprio conceito de violência precisa ser mais acurado de modo que seja possível compreender não apenas que há diferentes formas de violência – física, simbólica, psicológica – mas também como os marcadores de gênero e sexualidades operam

na produção dessas violências cotidianas, aprofundando as particularidades que podem envolver a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. A pesquisa conduzida pela autora mostra que, na percepção de ativistas LGBTQIA+ que foram entrevistadas/entrevistados, a disseminação de discursos de ódio contra esses grupos a partir da campanha eleitoral de 2018 legitimou as violências contra elas/eles no espaço público, o que amplia a vulnerabilidade dessas vidas. Por fim, a autora aborda a questão da criminalização da homofobia e da transfobia no contexto brasileiro, apontando a importância do protagonismo do Supremo Tribunal Federal - STF ao equiparar essas violências ao crime de racismo em 2019, mas ao mesmo tempo, problematiza o recurso ao direito penal como forma de enfrentamento mais efetivo do problema, tendo em vista, sobretudo, seu caráter seletivo e desigual.

O tema das violências contra a população LGBTQIA+ em contextos prisionais é abordado no capítulo de Guilherme Gomes Ferreira, intitulado, *As “políticas penitenciárias” para pessoas LGBTI+ privadas de liberdade no Brasil: entre tratamento penal, violência institucional e gestão da tortura*. O texto apresenta os resultados e reflexões produzidos a partir de um mapeamento nacional da situação de encarceramento de pessoas LGBTI+ presas denominado *Passagens*, que analisou 13 unidades prisionais, contemplando tanto aquelas que possuíam alas ou galerias específicas para essa população quanto espaços que, mesmo com elevado número de LGBTQIA+ não criaram esses espaços. No âmbito do projeto foram entrevistadas 70 pessoas, entre pessoas privadas de liberdade, trabalhadores penitenciários, diretores de prisão, gestores estaduais, ativistas e pesquisadores, também foi oferecida orientação sociojurídica a cerca de 300 apenados e capacitação sobre os temas de gênero e sexualidade para em torno de 200 trabalhadores e gestores penitenciários. Os achados do trabalho apontam para as sistemáticas violações de direitos humanos que atravessam o contexto prisional, sobretudo, às pessoas LGBTQIA+, que não se veem protegidas mesmo em espaços específicos para sua proteção. O texto discute, portanto, as ambiguidades, contradições, limites envolvidos na proposta de criação de alas específicas para essa população nas prisões, evidenciando a falta de capacitação dos trabalhadores e gestores desses espaços nos temas de gênero e sexualidades, o que acaba por reforçar preconceitos, estigmas e violências contra esse grupo.

No texto *Entre o cheiro do mofo e as palavras das travestis: a entrevista narrativa como estratégia metodológica para pesquisa empírica em prisões*, A. Gustavo Passos apresenta uma reflexão metodológica sobre o uso da entrevista narrativa em contextos de prisão e alguns desafios que se colocam para o estudo dos temas de gênero e sexualidades no espaço prisional. O autor apresenta um relato muito rico e esclarecedor de todo o percurso para autorização e realização da pesquisa junto à Cadeia Pública de Porto Alegre, evidenciando as negociações para inserção e também permanência em campo, o que ele aponta como algo sempre provisório. A complexidade da realidade prisional emerge com toda sua força e impacto nas linhas escritas pelo autor, que nos situa num espaço que tem textura, cheiro, sensações, dores, lágrimas, gestos sutis, desabafos, toda uma gramática que não pode ser apreendida ou expressa apenas através de métricas, mas da experiência do pesquisador nesse espaço e da proximidade que a entrevista narrativa permitiu ao autor, o que tornou possível não apenas dar voz às travestis entrevistadas mas também evidenciar como gênero e sexualidades operam como categorias úteis para a produção e regulação do corpo e dos modos de vida no espaço prisional.

“Uma incômoda presença? Um corpo diferente? Alguém que ameaça? Quem se sente ameaçado? Alguém a ser expurgado porque sua presença é intolerável? No que sua existência se difere de outras? Mas que corpos são esses? Todos os que não se enquadram na performance heterossexual? Travestis, deficientes, esfarrapados? Por que não há comoção diante da precariedade do outro? Por que ficamos indiferentes?”. “Eu sou negra, pobre, cria da Maré e LGBT”. Esses são alguns questionamentos que atravessam o texto *Marielle Franco, abjeção e vulnerabilidade compartilhada* de Rosimeri Aquino da Silva e Jennifer Simpson dos Santos, que propõe analisar o acontecimento Marielle Franco a partir de alguns conceitos contemporâneos, como abjeção, vulnerabilidade e a noção de comum. O texto sustenta que esse corpo que se afirma como “mulher, negra, pobre, cria da Maré e LGBT” é um lugar comum de tantas outras dores, violências e resistências que marcam o cotidiano de diversos grupos sociais. Ao propor uma ampliação da noção de abjeção, as autoras problematizam que ela não está adstrita unicamente à questão do gênero ou à sexualidade e que ela é constantemente produzida pelos discursos de poder que são capazes de engendrar a quem nosso luto deve se dirigir

e quais vidas não merecem ser vividas ou choradas. A vulnerabilidade compartilhada expressa que uma vida necessita imprescindivelmente de outras vidas para continuar existindo, o que deve nos mobilizar para a construção de políticas do comum. O acontecimento Marielle Franco produziu um sentido de dor comum, um luto coletivo que também mobilizou muitas pessoas para a continuidade de suas lutas.

No texto *Feminicídio como categoria jurídica no Brasil: as representações sociais no processo de criminalização*, Roberta Silveira Pamplo-na propõe uma análise sobre como as questões debatidas transnacionalmente podem apresentar uma lógica própria quando pensadas no contexto local. O argumento da autora se sustenta na análise de como se deu o processo de criminalização do feminicídio no Brasil, a partir da pesquisa realizada em documentos que foram decisivos para a tipificação jurídica deste fenômeno. Para tal, foi mapeado o percurso do projeto de Lei nos sites do Senado e da Câmara dos Deputados. Utilizando-se do conceito de representações sociais, para compreender quais eram as representações do termo feminicídio que estavam sendo mobilizadas nesse processo, a autora identificou duas principais formas de representar essa categoria: o feminicídio como um problema social que precisa ser enfrentado na realidade brasileira, essa representação se constrói sobretudo a partir de dados, relatórios e pesquisas que evidenciam a gravidade da questão. Uma segunda representação, que a autora denomina de *feminicídio à brasileira*, expressa uma articulação do termo com o fenômeno da violência doméstica, o que é decisivo na forma como o termo é juridicamente definido no Brasil. Por fim, a autora ainda aponta a influência que os documentos e normativas internacionais tiveram no processo de criminalização do feminicídio no Brasil, contribuindo para compreender como as questões de gênero adentram ao Estado.

A violência letal contra mulheres negras e seu processamento pelo sistema de justiça é o tema abordado por Suelen Aires Gonçalves no texto *Morte violenta de mulheres negras no Sul do Brasil: interseccionalidades de gênero, raça e classe*. No texto a autora problematiza um aspecto fundamental na produção sobre gênero e violência no Brasil: a ausência de análises que contemplem uma articulação entre marcadores de gênero e raça que perpassam essas violências. Desta forma, a autora propõe compreender os diferentes cenários da violência letal contra as mulheres

negras com relação às não negras no Rio Grande do Sul, buscando contribuir para formulação de políticas públicas que atentem para a situação das mulheres negras no país. A pesquisa, que é fruto do seu processo de doutoramento, analisa 48 processos judiciais desde a década de 1970 até os anos 2000, contemplando circunstâncias do fato, perfis dos envolvidos e desdobramentos dos casos no sistema de justiça criminal. Os principais achados do trabalho evidenciam que as principais vítimas do feminicídio são mulheres jovens e que a maior parte dos casos ocorreu na residência da vítima, por companheiros ou ex-companheiros. Dois pontos importantes destacados pela autora referem-se ao fato de que a violência letal ocorre num contexto de outras múltiplas violências, evidenciando que o feminicídio poderia ser evitado mediante a atuação mais incisiva e qualificada do Estado. Da mesma forma, o conceito de interseccionalidades mostra-se potente para compreender a fragilidade da proteção estatal às mulheres negras, tendo em vista um aumento dos casos de feminicídio envolvendo esse grupo. Por fim, a autora destaca a importância de investimentos na educação e na qualificação dos operadores do sistema de justiça criminal para garantir uma proteção mais efetiva às mulheres.

Um jovem professor e sua primeira experiência na sala de aula, para ministrar a disciplina de ensino religioso para alunos do quinto ano numa escola pública, na década de 70. A partir de seu relato pessoal, o autor Fernando Seffner discorre sobre a violência estrutural e a cultura escolar no texto *Vem de fora ou é produzida lá dentro? A cultura escolar e as circulações da violência*. Neste capítulo, o autor nos convida a refletir sobre o que entendemos como violência – geralmente associada a uma violência física ou à violência letal – propondo a noção de violência estrutural para compreendermos o que pode ocorrer quando, por exemplo, a aula de ensino religioso simplesmente pressupõe que todos os alunos sejam praticantes de uma mesma religião que, via de regra, é a católica. As circulações da violência correspondem tanto às violências que se originam fora da escola e para dentro dela se inserem, quanto às violências que se produzem no interior mesmo da escola, a partir da imposição de práticas pedagógicas que não respeitem a pluralidade de existências e de pertencimentos dos alunos e alunas, o que é fundamental para consolidação de uma sociedade democrática. O autor também tenciona como a questão do ensino religioso conflita com os temas de gênero e sexualidades e, por essa razão, se

torna fundamental que essas questões sejam debatidas no espaço escolar a partir das reflexões científicas sobre o tema, de modo que se possa construir um vínculo ético entre os sujeitos a despeito de suas diferenças, reconhecendo no outro alguém cuja vida também deve ser vivida. A escola e a cultura escolar assumem função primordial nesse processo de visibilizar os conflitos, trazê-los à tona e mediá-los, para que essa conflitualidade que perpassa o tecido social e que tem relação com os marcadores sociais da diferença não seja silenciada pelo recurso à violência.

A escola também é o *locus* da análise de Aline Ferraz da Silva, no capítulo intitulado *Identidade Educada e Diferença Travesti ou da educação como produtora de condições precárias de vida*. Nele a autora busca analisar as relações de poder entre a identidade travesti e o currículo, identificando que há formas de violências epistêmicas, psicológicas e físicas que ocorrem na escola em função da imposição de um currículo sustentado em um modelo heterocisnormativo que reforça a exclusão e a abjeção dos corpos dissidentes das normas de gênero e sexualidades. A partir da narrativa de Erika, uma travesti, sobre sua experiência com a escola, a autora nos conduz a uma reflexão sobre como os marcadores de gênero e sexualidades são centrais para compreender como operam as relações de poder nesse espaço, como algumas existências são invisibilizadas e produzidas como anormais. Por outro lado, o texto instiga pensarmos também nos processos de resistência que atravessam o cenário escolar a partir da presença da diferença travesti, que é capaz de questionar esses dispositivos de poder, transgredindo, abrindo brechas e fissuras nesses aparatos, possibilitando a construção de outros saberes, experiências e a humanização dessas existências.

Num momento histórico como o que estamos vivendo, em que as questões de gênero e sexualidade são cerceados, em que proliferam projetos como o “Escola sem partido” que visam silenciar essa discussão fundamental sobre o reconhecimento das diferenças e o enfrentamento das violências, em que setores conservadores, fundamentalistas e reacionários da sociedade amplificam um cenário de pânico moral por meio da suposta “ideologia de gênero” esta obra expressa uma forma de resistência de pesquisadorxs, professorxs e ativistas que cotidianamente lutam para que tenhamos uma sociedade mais justa, democrática e menos violenta.

Referências

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.